

INFORME RURAL ETENE

ANO 2, Nº 06 – JUNHO/2008

A AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS DERIVADOS DE CACAU NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Economista, Mestre em Economia Rural e
Pesquisador do ETENE. Fone: (85)3299-3461. Fax:
(85)3299-3474.
wendellmac@bnb.gov.br

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

Engenheira Agrônoma, Mestre em Economia
Rural e Pesquisadora do BNB-ETENE. Fone:
(85)3299-3416. Fax: (85)3299-3474.
msimonecb@bnb.gov.br

José Ailton Nogueira dos Santos

Engenheiro Agrônomo, Especialista em
Desenvolvimento Rural Integrado e Consultor
Externo. Fone: (85)3299-3452. Fax: (85)3299-3474.

Gilzenor Satyro de Souza

Engenheiro Agrônomo, Especialista em
Desenvolvimento Rural Integrado e Consultor
Externo.

Carlos Enrique Gama e Silva

Engenheiro Agrônomo e Analista de Negócios
do BNB - Ambiente de Análise e
Acompanhamento de Operações de Crédito.
Fone: (85)3299-3920.
carlosenriquegs@bnb.gov.br

1 – INTRODUÇÃO

No Nordeste Brasileiro, a agroindústria¹ continua sendo uma atividade econômica dinâmica e estratégica para o desenvolvimento sustentável do interior dos estados, portanto, sendo objeto de prioridades das políticas e programas governamentais e dos investimentos privados. Aliado a isso, as condições edafoclimáticas aptas para suprir com regularidade, qualidade e quantidade as demandas de frutas e hortaliças das agroindústrias de produtos elaborados ou matérias-primas semi-elaboradas destinadas à segunda transformação industrial, têm fundamentado as políticas de fomento da fruticultura.

O Nordeste brasileiro é a única região tropical semi-árida no mundo dotada de elevadas temperaturas ao longo de todo o ano (26 a 30°C, em média) e de baixa umidade relativa do ar, resultando na menor incidência de pragas e doenças. A insolação média

¹ Para este trabalho e conforme conceito firmado para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), agroindústria diz respeito a uma atividade industrial de beneficiamento ou transformação de produtos da agropecuária.

anual de 2.800 horas torna precoce a colheita, além de proporcionar um maior número de safras por ano para algumas espécies frutícolas **(SANTOS, 2005)**.

Contudo, convém ressaltar que, a integração entre a fruticultura irrigada e a agroindústria ainda é inexpressiva em termos de volume de matérias-primas processadas no Nordeste, na medida em que o foco principal das frutas produzidas sob a prática da irrigação é, ainda, para o consumo *in natura* nos mercados domésticos e externos, onde a oferta tem crescido mais do que a demanda desses alimentos na forma natural.

A concepção de concentrar esforços nas principais áreas produtoras de matérias-primas surgiu da necessidade de adequar as atividades dinâmicas aos espaços físicos rurais com maiores possibilidades de responderem rapidamente aos investimentos privados e governamentais. Nas áreas de concentração da produção onde ocorreram a integração, a agroindústria de processamento de algumas espécies vegetais irrigadas se consolidou, a exemplo do pólo vitivinífero produzindo vinhos finos e espumantes, nos municípios de Casa Nova (Ba), Lagoa Grande (Pe) e Santa Maria da Boa Vista (Pe), no Vale do São Francisco, cujas uvas de castas nobres são totalmente irrigadas **(CARNEIRO E COELHO, 2007)**.

A importância da agricultura de sequeiro no Nordeste como supridora de matéria-prima para a agroindústria regional está expressa na pauta das exportações nordestinas dos derivados do cacau (amêndoa, manteiga, liquor², torta e pó). A Bahia figura como o maior produtor e exportador brasileiro, com vendas externas evoluindo de 24 mil toneladas em 2001 para 39 mil toneladas em 2005. Através da Bahia, o Nordeste deixou de ser um mero exportador de amêndoa de cacau para se transformar em um exportador de manteiga, liquor e pó de cacau, portanto, apropriando-se de maior valor agregado. Na área de atuação do BNB, o Espírito Santo também consta como estado produtor de cacau, porém em quantidade insuficiente para estruturar uma cadeia produtiva a exemplo da baiana.

O Objetivo deste informe é caracterizar o setor agroindustrial de alimentos derivados do cacau na área de atuação do BNB. Aqui, são destacados a área, produção, exportação, importação e consumo de cacau no cenário mundial; o panorama da agroindústria brasileira de cacau e as informações obtidas da pesquisa de campo junto aos agroindustriais, produtores rurais, intermediários, prestadores de serviços e organizações dos industriais, e produtores rurais na área de atuação do BNB.

2 – PANORAMA MUNDIAL

O cenário para o mercado dos processados de frutas é de crescimento em todos os países, independentemente de serem desenvolvidos ou não. Essa tendência do crescimento do mercado mundial está apoiada ainda nos trabalhos de conscientização desenvolvidos pelos profissionais ligados à área da saúde, destacando a importância desses alimentos na melhoria da qualidade de vida das pessoas **(FRACARO, 2004)**. Por sua vez, a preocupação com a saúde e segurança alimentar resultou na adoção de um sistema de controle de qualidade ao longo de toda a cadeia do agronegócio, usando-se produtos químicos em menor quantidade.

A importância da agregação de valor na fruticultura através do processamento pode ser percebida através da comparação do valor atual do mercado internacional de frutas frescas em torno de US\$23 bilhões e os US\$90 bilhões para os produtos processados. Também, o mercado internacional de frutas processadas no valor de US\$28 bilhões é maior do que o das frutas *in natura* com US\$7,3 bilhões (FOB) **(FERNANDES E DANTAS, 2006)**.

² Liquor: produto semi-processado resultante da primeira transformação da amêndoa do cacau, o qual é usado na segunda transformação industrial para obtenção de alimento pronto para consumo, enquanto, o licor é uma bebida contendo álcool proveniente de várias frutas, inclusive do cacau.

No período 1980/2006, a área colhida de cacau cresceu pouco mais de 2,25 milhões de hectares, equivalente a uma taxa geométrica de crescimento de 1,89% a.a.. Já entre 1996 e 2006, essa taxa média de expansão de área situou-se em torno de 1,18% a.a. (500 mil hectares), sinalizando um cenário de estabilização da área plantada com o cacau **(MENDES ET AL., 2007)**.

Segundo ainda esta fonte, tais indicadores revelam que, anualmente, está diminuindo a implantação de novas lavouras de cacau no mundo, possivelmente, porque os países com condições edafoclimáticas adequadas à cacauicultura já estão próximos ou já atingiram os seus limites de áreas propícias. Entretanto, mais recentemente, a área mundial plantada com cacau situou-se em torno de 7,57 milhões de hectares, registrando um crescimento de 6,1% entre 2000 e 2006. O Brasil e o Equador são os únicos países onde houve redução na área colhida do cacau, enquanto, os três maiores produtores mundiais africanos mantiveram estáveis as áreas colhidas no período analisado.

Por outro lado, o relatório da Organização Internacional do Cacau (ICCO), citado por **Bahia (2006)**, de 2004/2005, registra um declínio na produção mundial de amêndoa de cacau para 3,3 milhões de toneladas, influenciada pela redução na produção da Costa do Marfim e Gana. De acordo ainda com essa fonte, o cacau é produzido em 50 países, sendo que a produção mundial dessa matéria-prima está concentrada em sete países, totalizando 86,2% do total mundial.

Costa do Marfim (24,5%), Gana (24,3%) e Nigéria (14,6%) ocuparam as três primeiras colocações mundiais em área colhida de cacau em 2006, totalizando uma participação relativa de 63,4%, apesar de não terem implantado novas áreas no período analisado. O Brasil, com 8,3% de participação relativa, ocupou a quarta colocação no *ranking* mundial dos principais países com área colhida naquele ano.

Em 2006, a produção mundial de cacau teve grande participação relativa de sete países sendo liderada pela Costa do Marfim (34,5%), seguida por Gana (18,1%), Indonésia (14,3%) e Nigéria (11,9%). O Brasil, quinto colocado, participou com 4,9% da produção mundial. A performance mundial do Brasil no período analisado apresenta três fases distintas em termos de produção de cacau: 1990/1991 a 1995/1996 – declínios acentuados e sucessivos; 1996/1997 a 2000/2001 – com declínios menos acentuados e disputando a terceira colocação com Gana; e 2001/2002 até os dias atuais – evidenciando uma pequena recuperação na produção, porém perdendo a terceira posição para Gana. Vale destacar, ainda, que as safras brasileiras de cacau de 1995/96 e 1998/99 foram as que apresentaram quedas mais acentuadas no período.

A produção mundial de amêndoa de cacau evoluiu de 3,37 milhões, em 2000, para 4,06 milhões de toneladas, em 2006, sinalizando um incremento de 20,3% nesse período. Com exceção do Equador, que teve uma queda de 6,2% e Costa do Marfim que não elevou sua produção, os demais países produtores registraram crescimento, com ênfase em Gana (68,1%), Nigéria (43,5%), Indonésia (37,8%) e Camarões (34,2%). O crescimento do Brasil (1,3%) é inexpressivo no período 2000/2006.

O cacau figura como uma das principais *commodities* de exportação dos países em desenvolvimento. Das 2.970,00 mil toneladas exportadas no mercado internacional em 2005, o continente africano participou com 69,3% (Costa do Marfim, sozinha, representou 32,5%), o americano com 4,8% e a Ásia e Oceania com 15,1%. O Brasil, o quinto maior produtor de cacau do mundo, participou com uma parcela residual (0,04%), em sua totalidade oriunda da Bahia **(FAOSTAT, 2008)**.

No caso do valor das exportações, não há como analisar sua evolução, pois não constam os dados de valor dos principais países exportadores, o que reduziu para US\$ 1,45 milhões as exportações mundiais em 2005 ante US\$ 2,22 milhões em 2000 **(Tabela 1)**. Vale destacar, no entanto, o desempenho que alguns países conseguiram alcançar neste

período, como Bélgica (332,5%), Equador (206,9%), Camarões (188,4%), Holanda (150,5%) e Indonésia (100,7%). Tais fatos sinalizam que houve um aumento nos preços internacionais do cacau em amêndoa.

Tabela 1 – Valor e Volume das Exportações Mundiais de Cacau em Amêndoa, por País, em 2000/2005

Países	2000 (A)		2005 (B)		Variação (%): B/A	
	US\$1000	Tonelada	US\$1000	Tonelada	US\$1000	Tonelada
Costa do Marfim	844.830	1.113.476	n.d.	966.130	-	-13,2
Gana	404.200	360.250	n.d.	540.000	-	49,9
Indonésia	233.052	333.619	467.826	367.427	100,7	10,1
Nigéria	210.000	139.000	n.d.	270.000	-	94,2
Camarões	73.124	77.381	210.884	163.702	188,4	111,6
Holanda	102.259	106.330	256.197	161.560	150,5	51,9
Bélgica	54.052	55.225	233.761	142.058	332,5	157,2
Equador	37.153	49.047	114.013	78.348	206,9	59,7
Papua Nova Guiné	30.600	38.000	n.d.	61.200	-	61,1
Outros	227.736	231.269	171.533	219.575	-24,7	-5,1
TOTAL	2.217.006	2.503.597	1.454.214	2.970.000	-	18,6

Fonte: FAO – Food and Agriculture Organization apud Agrianual (2006; 2007).

Nota: n.d. – não declarado.

A Europa continua sendo a maior importadora mundial de cacau em amêndoas, tendo no ano 2005 importado 1.756 mil toneladas. A Holanda, Alemanha, Bélgica, França e Reino Unido são responsáveis por 77,7% das importações de cacau do continente europeu, somando 1.364,3 mil toneladas. Tais cifras revelam o grande potencial existente no mercado europeu (**FAOSTAT, 2008**).

Entre 2000 e 2005, o volume das importações mundiais da amêndoa de cacau vem apresentando evolução positiva, tendo passado de 2,46 milhões, em 2000, para 3,1 milhões de toneladas em 2005, sugerindo um incremento de 26,0%. Observa-se que o montante das importações de amêndoa de cacau evoluíram de US\$ 2,44 bilhões, em 2000, para US\$ 4,84 bilhões em 2005, um incremento de 98,5% no período analisado (**FAOSTAT, 2006; 2008**).

No *ranking* mundial dos países que mais adquiriram essa matéria-prima em 2005 em termos de volume figuraram a Holanda (20,7%), Estados Unidos (18,6%), Malásia (10,6%) e Alemanha (8,4%). No que tange às receitas provenientes das importações mundiais de amêndoa de cacau, em ordem decrescente, destacaram-se as compras realizadas em 2005 pela Holanda (21,0%), Estados Unidos (18,0%) e Alemanha (9,2%) (**FAOSTAT, 2008**).

O estabelecimento do preço do cacau no mercado mundial tem a sua formação nas bolsas de mercadorias internacionais, principalmente em Londres e Nova Iorque, portanto, afetando, em parte, a lei da procura e da oferta. Tal assertiva está fundamentada no fato de que somente 33% do preço do cacau no mercado mundial tem origem nesse postulado econômico, reservando aos 67% restantes ao forte processo especulativo envolvendo a comercialização dessa *commodity*. Assim, projeções de preço, por melhor que possa vir a ser o modelo, sempre deixará dúvidas quanto a sua materialização no tempo (**MENDES et al. 2007**).

A participação dos agentes especuladores nas bolsas de mercadorias afeta, sobremaneira, as decisões dos produtores de cacau e das processadoras dessa matéria-prima. Isto porque, a realização de *hedge*³ para minimizar eventuais riscos dos investimentos realizados pelos cacauicultores e processadoras, é impraticável às categorias de mini e pequenos produtores rurais, uma vez que eles se encontram desorganizados e, por si só, não têm condições de acessarem as bolsas de mercadorias (**MONTE E AMIN, 2006**). O **Gráfico 1**

³ Hedge é uma estratégia adotada pelo produtor rural ou processadoras de repasses de riscos para os agentes especulativos que atuam nas bolsas de mercadorias.

mostra a evolução da produção, moagem e preços do cacau no mercado internacional ao longo das safras 2000/2001 e 2005/2006.

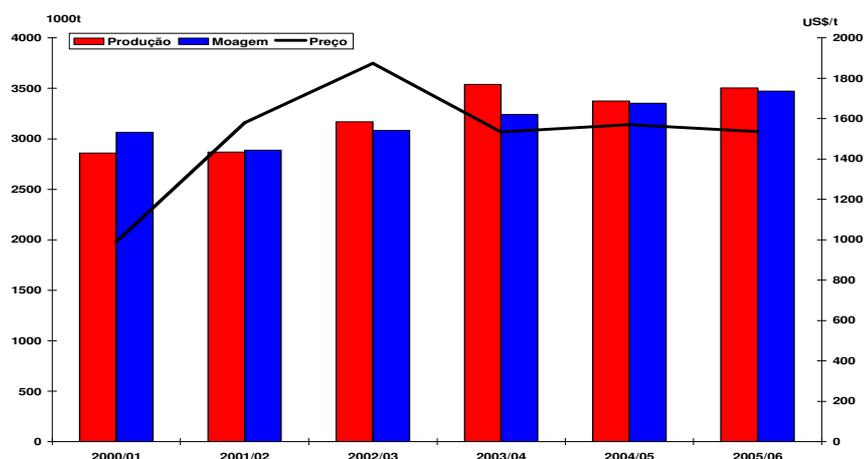


Gráfico 1 – Produção (1000t), Moagem (1000t) e Preço do Cacau no Mercado Internacional (US\$/t)

Fonte: Mendes et al. (2007).

No período 1996-2006, o ano de 2000 (US\$895 por tonelada) registrou o menor preço do cacau na Bolsa de Nova Iorque, enquanto, 2002 (US\$1.855 por tonelada) foi o ano em que o preço do cacau alcançou o maior valor. Já o mês de junho apresentou o menor valor médio na Bolsa de Nova Iorque (US\$1.344 por tonelada), enquanto, dezembro (US\$1.415 por tonelada) registrou o melhor preço médio nesse período (**AGRIANUAL, 2006; 2007**).

Segundo dados do ICCO, citados por **Moraes e Albuquerque (2006)**, os Estados Unidos continuavam figurando como o principal país consumidor de cacau (689 mil toneladas) em 2004, seguida pela Alemanha, França e Reino Unido, com 280, 218 e 215 mil toneladas, respectivamente.

Entretanto, tomando-se por base a capacidade de processamento das moageiras para dimensionar o consumo mundial de cacau, estima-se, que o volume médio consumido na safra 2006/2007 foi de 2,7 milhões de toneladas, das quais 41,9% das indústrias localizadas na Europa (1,12 milhões de toneladas), 24,0% nas Américas (641,9 mil toneladas), 16,1% na Ásia e Oceania (431,5 mil toneladas) e 18,0% na África (**CEPLAC, 2008**).

Baseando-se ainda na capacidade de processamento, na safra 2006/2007, a Holanda (470 mil toneladas) e os Estados Unidos (417,9 mil toneladas) destacam-se como os principais mercados demandadores de cacau em amêndoas no mundo. O Brasil é considerado um grande moedor de cacau (224 mil toneladas), porém, é superado por Costa do Marfim (360 mil toneladas), Alemanha (356,7 mil toneladas) e Malásia (301,5 mil toneladas).

Para **Pinheiro e Moura (2006)**, os Estados Unidos lideraram o *ranking* dos principais países produtores de chocolate (1.525 mil t) em 2003, seguidos da Alemanha (986 mil t), Reino Unido (487 mil t), França (371 mil t), Brasil (339 mil t), Itália (245 mil t) e Japão (243 mil t).

Segundo **Moraes e Albuquerque (2006)**, no *ranking* mundial de consumo *per capita* de cacau dos principais países destacam-se a Bélgica (5,63 kg/hab), Suíça (4,09 kg/hab), França (3,66 kg/hab) e Reino Unido (2,6 kg/hab). O Brasil, com 1,69 kg por pessoa, apresenta um consumo *per capita* de chocolate baixo.

Na Europa, o incremento no consumo *per capita* de cacau é bastante influenciado pelo chocolate e os outros produtos achocolatados com 10% a 15% de derivados de cacau nas suas composições. Estes produtos participam com quase 70% do mercado de

chocolate, enquanto, a parcela ocupada por produtos de alta concentração de cacau é estimada em menos de 1% (BAHIA, 2006).

No âmbito mundial, o consumo *per capita* de chocolate por continente é o seguinte: Europa Ocidental (2,42 kg/hab), Europa Oriental (0,85 kg/hab), Ásia, exclusive a China (0,68 kg/hab), África (0,13 kg/hab) e nas Américas (1,33 kg/hab). No Brasil registra uma média 1,94 kg/hab. (MENDES E REIS, 2006).

As pesquisas de mercado realizadas recentemente vêm na China e na Índia grandes mercados para expansão do consumo. Atualmente, com um consumo de 75g por pessoa, um pequeno aumento para 200g determinaria uma elevação de 14% na demanda para 374 mil toneladas por ano (BAHIA, 2006).

3 – PANORAMA BRASILEIRO

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com 41,2 milhões de toneladas⁴ em 2005, perdendo apenas para a China e Índia. Segundo Fernandes e Dantas (2006), em termos de receitas, a fruticultura brasileira movimentava cerca de US\$ 5,8 bilhões anualmente com frutas frescas, que adicionados às receitas provenientes das castanhas, nozes e outros produtos processados, totalizam US\$ 12,2 bilhões. A performance do Brasil no mercado internacional de alimentos processados das frutas está mais focada nas polpas e sucos concentrados, na medida em que as exportações brasileiras de sucos prontos e doces de frutas são inexpressivas.

Em 2005, as principais empresas moageiras brasileiras de cacau registradas na Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) eram a Cargil, a maior processadora da América Latina, com 35% de participação relativa no Brasil, a Barry Callibaut e a ADM Joanes cada uma com 25%, a Delf Cacau com 9% e a Indeca com 6% de participação (BAHIA, 2006).

A amêndoa de cacau submetida à primeira transformação nestas moageiras resulta na produção de liquor, manteiga e torta de cacau, que são consideradas matérias-primas para a segunda transformação nas indústrias chocolateiras para obtenção de chocolates e/ou produtos achocolatados, cosméticos, dentre outros. Em termos de subprodutos, destacam-se as cascas obtidas durante o beneficiamento e a película retirada da amêndoa de cacau nas moageiras. Além da cadeia principal que leva a produção do chocolate e de cosméticos a partir de beneficiamento das amêndoas secas e a comercialização da manteiga de cacau, existem, ainda, alternativas de aproveitamento econômico de outros derivados do fruto através dos próprios produtores rurais. A amêndoa seca corresponde 10% do peso total do fruto do cacau, enquanto os 90% restantes (polpa e casca) figuram com grandes potencialidades na geração de renda.

Dentre as alternativas econômicas de aproveitamento integral do cacau destacam-se a produção de polpa, néctar, mel, geléia, vinagre, licor (a partir de semente, antes de sua fermentação), bem como, o possível aproveitamento da casca como forma de composto ou vermicomposto, extraíndo proteína microbiana ou álcool e pectina, produção de biogás e biofertilizante, ração animal *in natura* ou processada em farinha seca ou silagem, extração de teobromina, entre outras aplicações (BAHIA, 2006).

Por outro lado, a qualidade do cacau do Brasil deixou de ser referência no mercado internacional com os fabricantes de chocolates usando o produto brasileiro mais como enchimento (*filling*) de formulações. Já o cacau produzido na Indonésia e Malásia apresenta-se mais ácido, causado por problemas na secagem natural das amêndoas. Geralmente, o cacau africano é mais usado para contribuir com *flavour* (sabor e aroma) sendo as amêndoas produzidas em Gana, e até recentemente em Camarões, consideradas

⁴ Além das frutas frescas, as estatísticas incluem ainda a castanha de caju e a castanha do Pará.

de melhor qualidade. No continente americano, a amêndoa de cacau do Equador é também considerada de superior qualidade (**BAHIA, 2006**).

A cacauicultura no Brasil está distribuída nas regiões Nordeste (Bahia), Sudeste (Espírito Santo), Centro-Oeste (Mato Grosso) e Norte (Pará, Rondônia e Amazonas). No período 2000/2007, a área colhida do cacau no Brasil decresceu 6,0%, na medida em que no início desse horizonte havia quase 706 mil contra 663 mil hectares. Apenas as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram evolução de área colhida do cacau (**AGRIANUAL, 2007**).

Até meados de 1920 e entre 1970 e 1980, o Brasil já foi o maior produtor mundial de amêndoa de cacau, registrando sua safra recorde de 400 mil toneladas na safra 1984/1985 (**BAHIA, 2006**). Com efeito, a participação relativa do Brasil na produção mundial de cacau no período de 2000/2006 declinou de 5,8 para 5,3% (influenciada pela Bahia), na medida em que a produção brasileira caiu de 196,7 em 2000, para 199,4 mil toneladas em 2006.

A crise vivenciada pelo agronegócio do cacau no Brasil deveu-se a um conjunto de fatores, cabendo destacar: a redução acentuada dos preços no mercado internacional, em virtude do aumento da produção mundial, principalmente da Costa do Marfim e dos elevados estoques internacionais; a devastação causada pela doença "Vassoura de Bruxa" nos cacauais brasileiros – especialmente no Sul da Bahia, em 1996; a política cambial adotada no Brasil em 1999, resultando na elevação nos preços de defensivos, reduzindo as ações de combate à Vassoura de Bruxa; e a má distribuição pluviométrica nesta região baiana (**BAHIA, 2006**).

Contudo, dados recentes do Ministério Brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e mais especificamente, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) sinalizam um ligeiro aumento na produção brasileira de cacau por força da geração de novas técnicas para os produtores rurais. Essas técnicas foram desenvolvidas pela própria CEPLAC, iniciando uma recuperação no setor a partir de 2000/2001, consolidando-se em 2004/2005, com o avanço para 171 mil toneladas produzidas, atingindo 5,2% na contribuição mundial (**BAHIA, 2006**).

Entre os anos 2000 e 2007, a produção brasileira de cacau cresceu 16,3%, mesmo registrando-se quedas no Centro-Oeste e Sudeste. Este aumento de produção foi influenciado principalmente pelo acréscimo da Bahia (15,1%) e do Pará (53,7%) (**Tabela 2**). Em 2007, o Nordeste tinha uma participação na produção brasileira equivalente a 69,2% e o Norte, segundo colocado nesse *ranking*, participava com 26,5%.

Tabela 2 – Produção (t) Brasileira de Cacau em Amêndoa por Região e Estado – 2000/2007

Região/Estado	2000 (A)	2007 (B)	%	Variacão (%):
NORTE	46.871	60.689	26,52	29,48
Pará	28.278	43.464	19,00	53,70
Rondônia	17.293	15.720	6,87	-9,10
Demais	1.300	1.505	0,66	15,77
NORDESTE	137.568	158.319	69,19	15,08
Bahia	137.568	158.319	69,19	15,08
SUDESTE	11.329	9.479	4,14	-16,33
Espírito Santo	11.305	9.479	4,14	-16,15
Demais	24	-	-	-
CENTO-OESTE	1.020	322	0,14	-68,43
Mato Grosso	1.020	322	0,14	-68,43
BRASIL	196.788	228.809	100,00	16,27

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Agrianual (2007).

A Bahia continua mantendo uma elevada participação relativa na produção de cacau no Brasil, em que pese a existência de uma pequena evidência de desconcentração da produção brasileira, mediante a elevação da participação dos Estados do Espírito Santo e

Pará, a partir de 1995. A rigor, a queda da produção do cacau causada pela Vassoura-de-Bruxa praticamente não reduziu de forma substancial a importância do Estado da Bahia.

Historicamente, o Brasil foi um exportador líquido de cacau, já que sua produção esteve acima da quantidade processada nas moageiras brasileiras. Contudo, a partir de 1996, o Brasil passou de exportador líquido a importador **(COSTA et al. 2006)**.

A produção brasileira de cacau exportada no passado destinava-se ao atendimento da demanda mundial de amêndoa das moageiras instaladas na Europa, Estados Unidos e União Soviética, a qual era comercializada através de intermediários (pequenas firmas ou agentes exportadores) dispersos nas regiões produtoras do Brasil.

O volume das importações brasileiras de cacau variou de um valor mínimo de 11.948 mil toneladas, em 1998, e de um máximo de 75.330 mil toneladas, em 1999, tendo como causas principais a queda da produção nacional e o crescimento no consumo interno **(Costa et al., 2006 apud CEPLAC, 2005)**. Segundo foi apurado na pesquisa de campo, atualmente, o Brasil importa 20% de toda amêndoa de cacau moída na indústria nacional de chocolate. Já em termos de chocolate, as importações brasileiras declinaram de 19 mil toneladas, em 1995, para 6 mil toneladas, em 2004 **(Pinheiro e Moura, 2006)**. Entretanto, a partir dos anos 70, com a instalação das moageiras brasileiras, especialmente na Bahia, com capacidade de moagem de 300 mil toneladas/ano no final da década de 80, o Brasil transformou-se em exportador de derivados de cacau (pós-beneficiados), conseqüentemente, reduzindo de forma expressiva o volume das exportações de amêndoa crua (atualmente, a Bahia exporta volumes inexpressivos desta matéria-prima). Por outro lado, em visita à CEPLAC de Ilhéus (BA) e a uma empresa processadora de amêndoa de cacau, apurou-se que, com a queda de produtividade e produção do cacau provocada pela Vassoura-de-Bruxa na Bahia, o segmento moageiro no Brasil passou a importar a amêndoa de cacau dos países asiáticos.

Em 2001, os derivados da amêndoa do cacau (incluindo a produção brasileira e a importada) obtidos pelas moageiras na Bahia, destinaram-se 38% às indústrias de chocolates instaladas nos municípios de Caçapava (SP) e Vitória (ES), que resultaram em produtos finais voltados para o mercado interno e o Mercosul; 22% exportados diretamente para o Mercosul e os outros 40% para o resto do mundo **(BAHIA, 2006)**.

No horizonte 2001/2007, houve um incremento expressivo no volume das exportações brasileiras de manteiga de cacau, em 36,2%, tendo evoluído de 24 mil, em 2001, para 32,7 mil toneladas, em 2007. Os Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile e Países Baixos totalizaram 93,9% e 94,4% das exportações brasileiras desses derivados de cacau em termos de receitas e volume exportados no mercado internacional, respectivamente. Analisando por país, os Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile e Países Baixos importaram do Brasil em 2007, manteiga, gordura e óleo de cacau nos totais de 13,3 mil t, 9,2 mil t, 4,1 mil t, 2,3 mil t e 2,1 mil t, respectivamente. Com exceção dos Países Baixos, que registraram um declínio no volume importado, houve crescimento nas receitas geradas e nos volumes exportados pelo Brasil em todos os tradicionais países compradores dos derivados brasileiros de cacau. Em termo de evolução das receitas, destacaram-se o Uruguai (US\$ 1.003,00 mil – 366,5% superior a 2001), o Canadá (US\$ 4.101,00 mil – 281,3% superior a 2001), os Estados Unidos (US\$ 62.223,00 mil – 233,6% superior a 2001), o Chile (US\$ 10.892,00 mil – 210,5% superior a 2001) e a Argentina (US\$ 42.527,00 mil – 209,7% superior a 2001) **(AGRIANUAL, 2006; ALICEWEB, 2008)**.

As exportações brasileiras de cacau e seus derivados decresceram 23,0% e 65,5% no período de 1990 a 2007, em termos de volume e valor, respectivamente **(Gráficos 2 e 3)**. No entanto, as quedas foram observadas nos produtos de menor valor agregado, como o cacau inteiro ou partido (-98,7% e -99,4%, em termos de volume e valor, respectivamente) e a pasta de cacau (-8,1% e -68,7%, em termos de volume e valor, respectivamente). A diminuição acentuada das exportações brasileiras do cacau e seus derivados em 1995 teve como causa principal o declínio da produção de cacau no Brasil.

No caso dos derivados manteiga, gordura e óleo de cacau, houve incremento de 14,3% no volume exportado, enquanto em termos de valor houve decréscimo de 30,7%. Já, o cacau em pó foi o derivado com melhor desempenho em suas exportações, de 627,6% e 217,3% em volume e valor, respectivamente. Esse comportamento indica redução de preços dos produtos derivados do cacau no mercado internacional, não podendo ser medido por estes gráficos em virtude de se tratar de valores correntes e ter ocorrido forte variação cambial no período analisado.

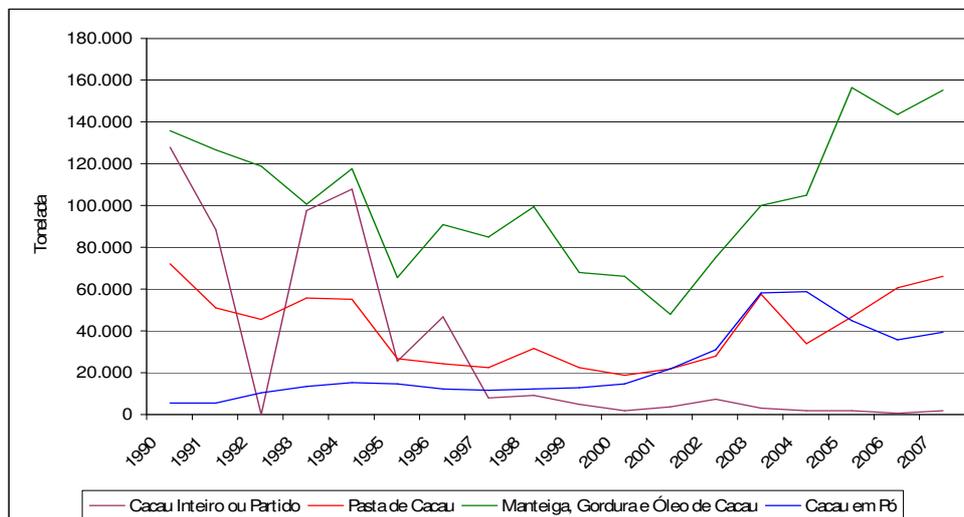


Gráfico 2 – Volume (t) das Exportações Brasileiras de Cacau e Derivados (1990-2007)

Fonte: ALICEWEB (2008).

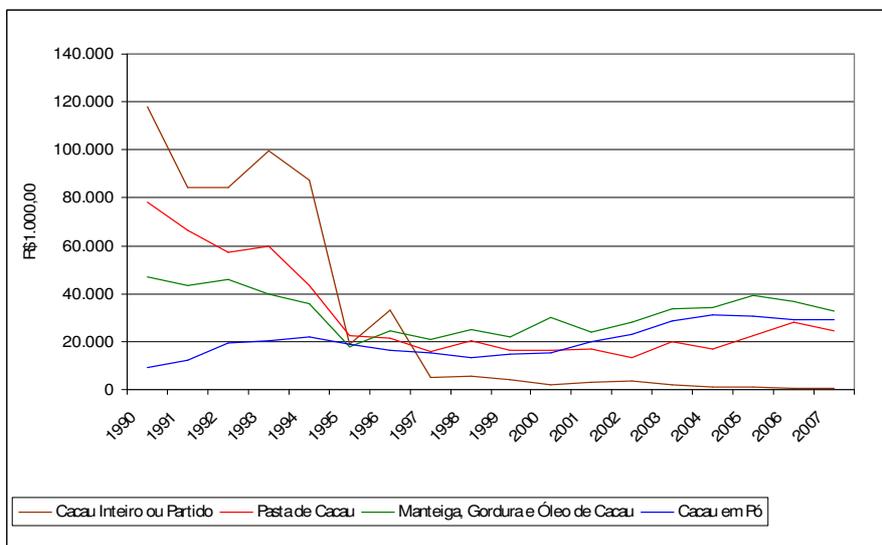


Gráfico 3 – Valor (R\$ mil) das Exportações Brasileiras de Cacau e Derivados (1990-2007)

Fonte: ALICEWEB (2008).

A produção brasileira de chocolate evoluiu de 294 mil para 423 mil toneladas de 1995 a 2004, contra um consumo aparente de 292 mil para 376 mil toneladas no mesmo período. Relativamente às exportações de chocolate pelo Brasil, houve um crescimento de 21 mil toneladas em 1995 para 53 mil toneladas em 2005 (PINHEIRO E MOURA, 2006).

Ao longo dos anos de 1996/2006, os preços da amêndoa de cacau recebidos pelos produtores baianos variaram de um mínimo de R\$41,65/arroba no início desse período para um valor máximo de R\$115,07/arroba de amêndoa de cacau, em 2002. Relativamente aos meses em que essa matéria-prima foi melhor remunerada destacam-se dezembro (R\$46,27/arroba) e outubro (R\$45,30/arroba), enquanto os meses de menores valores pagos ao produtor na Bahia foram junho (R\$40,88/arroba) e maio (R\$41,41/arroba) (**AGRIANUAL, 2006; 2007**).

No Nordeste, a venda de chocolates cresceu 40% de janeiro a maio de 2007, em relação ao mesmo período de 2006. Segundo um diretor de uma empresa multinacional para o Norte e Nordeste, o mercado de chocolate nordestino movimenta R\$ 200 milhões anuais, tendo com causa principal o aumento da renda. Acrescenta ainda, que "é preciso lembrar que chocolate não é um produto de primeira necessidade. Então, se há aumento das vendas é porque há mais renda" (**JORNAL O POVO, 2007**). Essa multinacional detém 33% do mercado de chocolate no Brasil, enquanto no Nordeste a sua participação é de 23%. Portanto, o interesse dessa multinacional pelo Nordeste se justifica pelo consumo da Região, que responde a 12% de todo o consumo de chocolate no Brasil e de 35% de todos os biscoitos. No período 2001-2005, os produtos achocolatados cresceram 48%, sinalizando uma performance próxima dos sucos, porém, apresentando uma maior rentabilidade (**VIANA, 2007**).

4 – A AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS DERIVADOS DO CACAU NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB

De acordo com **Moraes e Albuquerque (2006)**, a produção brasileira de cacau em amêndoas em 2003 estava concentrada no Sul da Bahia, localizada nos municípios de Camacã, Ilhéus e Itabuna, Pará (9,9%) com ênfase nos municípios Medicilândia, Umuará, Altamira e Tomé-Açu e em Rondônia (5,4%) nos municípios próximos da Região Transamazônica. Os demais estados brasileiros participam com 1,7%. Na área de atuação do BNB, toda a área colhida de cacau está restrita ao Sudeste do Estado da Bahia, abrangendo 70 municípios e 25 mil produtores, e ao Norte do Espírito Santo. Estima-se existir 600 mil hectares de cacau cultivado na Bahia, proporcionando 130 mil empregos diretos (**BAHIA, 2006**).

Em termos de expansão da produção de amêndoa de cacau e produtividade, os sistemas agroflorestais definidos pela CEPLAC, a exemplo da cabruca⁵, possibilitam aumentar o número de plantas de cacau no Sul da Bahia, inclusive associada à substituição das áreas envelhecidas por clones resistentes à Vassoura-de-Bruca, de fácil manejo e mais produtivo.

Segundo Bahia (2006), das cinco moageiras existentes no Brasil (responsáveis pelo processamento de amêndoas secas de cacau para obtenção de manteiga, liquor, pó e torta de cacau) registradas na Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), a Bahia, única produtora de cacau no Nordeste, detém 95% do total das agroindústrias brasileiras (Cargil, ADM Joannes, Barry Callebaut e Delfi Cacau). A Indeca com 5% do total da capacidade de processamento de amêndoa de cacau no Brasil, está instalada em São Paulo. Entretanto, para um entrevistado do segmento de cacau na Bahia, atualmente, há no Brasil 35 empresas processadoras de amêndoa de cacau.

4.1 – Caracterização das Agroindústrias

Os motivos que levaram os empresários pesquisados a optar pelo processamento de frutas na área de atuação do BNB são variados, cabendo destacar a oferta e regularidade de suprimento dessas matérias-primas nos pólos de fruticultura. Para as agroindústrias de

⁵ Cabruca é um sistema agroflorestal onde o cacauzeiro é cultivado à sombra das árvores nativas da Mata Atlântica muito praticada no Sul da Bahia.

derivados de cacau de médio e grande portes, também a existência de mercado externo foi decisiva para escolha dessa agroindústria.

As micros e as pequenas agroindústrias na área de atuação do BNB apresentam as seguintes características: administração tipicamente familiar; a natureza jurídica predominante é individual ou sociedade de capital social limitado; dificuldade de acesso às informações, resultando em assimetria tecnológica e de mercado; atuação isolada, tornando-se fragilizada politicamente e no mercado competitivo. Já nas categorias de grande e média agroindústrias, não existe mais a figura da pessoa física, raramente, a administração é familiar, tendo sido substituída pela pessoa jurídica e adotada a gestão profissional. Em termos de geração de emprego e renda, a liderança fica por conta da grande empresa, seguida pela agroindústria alimentar de médio porte. A condição de ser pequena agroindústria alimentar não significa ter vitalidade curta no mercado globalizado, na medida em que sua administração e gestão sejam profissionalizadas e seu mercado seja focado em nichos.

Uma das principais características das médias e de algumas grandes agroindústrias da área de atuação do BNB é a sua condição de produtora de matérias-primas (manteiga, liquor e pó de cacau) para a indústria responsável pela segunda transformação. Tais matérias-primas semi-processadas destinam-se às médias ou grandes indústrias nacionais e estrangeiras, resultando em produtos prontos para consumo, portanto de maior valor agregado, a exemplo de chocolates, achocolatados, confeitos, molhos e condimentos, dentre outros.

No período 1990/1991 e 2004/2005, o nível de concentração do segmento de cacau no Nordeste, resultante de aquisições e fusões entre os agentes intermediários (*traders*), processadores e fabricantes de chocolates inclusive o ramo varejista, evoluiu de moderada para uma estrutura de mercado oligopolizada altamente concentrada nas moageiras **(BAHIA, 2006)**.

4.2 – Linhas de Produção

Praticamente, as tecnologias são as mesmas usadas pelas suas concorrentes do Sul e Sudeste do Brasil, primando pelo controle de qualidade e as informações de tecnologia e de mercado fluem mais facilmente, principalmente para as de maior capacidade de produção, com o mercado abrangendo os maiores centros urbanos estaduais, nacionais e fora do Brasil. Para o entrevistado da Barry Callebaut, as agroindústrias de processamento de amêndoa de cacau (primeira transformação) do Nordeste, que utilizam máquinas e equipamentos fabricados no Brasil, estão tecnologicamente à frente de suas concorrentes da África, as quais importam esses bens de capital da Europa.

A linha de produção de alimentos derivados de cacau na área de atuação do BNB, identificada pela pesquisa pode resultar em produtos prontos para consumo ou semi-processados (matérias-primas destinadas à agroindústria responsável pela segunda transformação), como manteiga, liquor, cacau em pó, chocolate, chocolate em pó, achocolatado em pó. A combinação intra e inter classes de processamento de alimentos provenientes ou não de frutas constitui uma das mais freqüentes estratégias de mercado adotada anteriormente pelas agroindústrias.

Ressalte-se também que em todas as agroindústrias pesquisadas, há o conhecimento da necessidade de realizar o controle de qualidade dos alimentos. Nas micros e pequenas agroindústrias, o controle de qualidade está restrito quase sempre à seleção da matéria-prima *in natura*. As grandes e médias empresas contam com laboratórios próprios instalados na agroindústria, enquanto, as micros e pequenas agroindústrias que não dispõem desses

equipamentos recorrem aos órgãos oficiais instalados nos seus respectivos estados. Algumas agroindústrias já apresentam credenciais de qualidade dos alimentos processados.

A exemplo do que está ocorrendo no Sudeste e Sul do Brasil, o cenário é de declínio na geração de emprego direto na agroindústria de alimentos na área de atuação do BNB, vez que está elevando o nível de automatização no processamento de frutas. Por outro lado, exige-se mão-de-obra mais qualificada resultando em melhores salários e, portanto, em melhor distribuição de renda. Em termos relativos às micros e às pequenas agroindústrias geram mais ocupação para as pessoas (formal e informal), comparativamente às empresas de médio e grande portes.

4.3 – Prestadores de Serviços

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) foram as instituições de pesquisa e de difusão de tecnologias consideradas mais atuantes pelas agroindústrias pesquisadas no setor cacauicultor. Também as empresas fabricantes de máquinas e equipamentos instaladas dentro ou fora do Nordeste foram consideradas fundamentais para o fomento, a diversificação e a modernização desta agroindústria alimentar na área de atuação do BNB, seja lançando bens de capital modernos, seja solucionando problemas específicos do processamento de algumas matérias-primas nordestinas através de simples ajustamentos ou adaptações.

Foi instalado na CEPLAC de Ilhéus (BA), o Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológico Agroindustrial Euclides Teixeira Neto, para produção de derivados de amêndoa de cacau e cacau pronto para consumo, bem como se encontra ainda em implantação, o centro de processamento de polpas e sucos de cacau e demais espécies de frutas relacionadas com a exploração do cacau.

O acesso às informações tecnológicas modernas varia também com o porte da agroindústria, nível de instrução do empresário, dentre outros. As principais fontes de acesso a informações tecnológicas são congressos, feiras e exposições, universidades e ONGs, revistas especializadas, internet e engenheiros de alimentos, a CEPLAC, a Embrapa, o Sebrae, supridores de máquinas e equipamentos e sindicato/organizações classistas.

Quanto ao financiamento da produção e pesquisa, os bancos de desenvolvimento, especialmente o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), gestor do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), foi destacado pelos pesquisadores da CEPLAC, INCAPER e ITAL com um dos principais parceiros do agronegócio das frutas na sua área de atuação, financiando investimentos (agrícola e industrial), custeio, capital de giro para as agroindústrias, comércio e serviços com recursos do FNE, além dos recursos aplicados na geração e difusão de tecnologias através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI).

Para os empresários entrevistados, em geral, inexistem problemas para a agroindústria na área de atuação do BNB em adquirir máquinas e equipamentos para processamento de alimentos provenientes de frutas. Relativamente às micro e pequena agroindústrias, existe no mercado brasileiro oferta de máquinas e equipamentos para essa categoria de empresa, em condições de inseri-la no mercado competitivo de alimentos. São Paulo é líder na fabricação de máquinas e equipamentos usados pelas agroindústrias nordestinas de alimentos.

4.4 – Mercados

A agroindústria da área de atuação do BNB é dependente de matérias-primas *in natura* de terceiros, já que a produção própria é restrita a poucas empresas e em níveis modestos. O perfil das agroindústrias pesquisadas quanto à origem das matérias-primas (*in*

natura ou semi-processada) processadas é a seguinte: casos em que toda a matéria-prima é suprida por terceiros; matéria-prima própria, complementando com a de terceiros (mais frequentes), ou ainda, indústrias que só processam matérias-primas próprias ou de seus associados. O cenário é de que se intensifique a integração entre a agroindústria responsável pela primeira transformação das matérias-primas (produção de polpa, sucos concentrados, manteiga, liquor e pó de chocolate) e a indústria da segunda transformação resultando na produção de alimentos prontos para consumo (sucos, doces, chocolate e achocolatado).

Em sua maioria, a comercialização das frutas junto a agroindústrias na área de atuação do BNB, não está fundamentada em contrato prévio, definindo época de entrega e preço. A transação comercial é realizada quase sempre por intermediários na época de funcionamento da agroindústria, com base no preço estabelecido pela empresa, sem, contudo, estar respaldado em contratos formais contendo deveres e obrigações entre as duas partes. No Sul da Bahia, a presença dos intermediários (pessoas físicas ou pequenos comerciantes) é elevada. Isto porque, a atividade cacaueteira é dispersa e desenvolvida por pequenos produtores rurais, além da frequência e elevados índices de roubos de amêndoa de cacau estocada nas propriedades rurais, abrangendo indistintamente todas as categorias de produtores do Sul da Bahia. A forma de pagamento mais frequente é a prazo, variando de semanal, quinzenal e mensal, pois, depende das características da fruta. Raramente, o pagamento é realizado à vista.

De modo geral, inexistem problemas de suprimento de embalagem e rótulos para os alimentos processados pelas agroindústrias instaladas. No geral, a opção da escolha do mercado para a aquisição dos insumos é o melhor preço ou a melhor forma de pagamento. A forma de pagamento mais praticada é à vista, com base nos preços de mercado, sendo que a partir de uma determinada quantidade os preços declinam.

A abrangência do mercado varia com a categoria da agroindústria e estratégias de comercialização adotadas. As micros e pequenas agroindústrias têm abrangência restrita ao município, municípios vizinhos ou estado onde está instalada a unidade de processamento. Já a maioria das médias e grandes agroindústrias tem mercado de abrangência regional ou nacional, na medida em que possuem estratégias de mercado consolidadas, além da existência de um programa permanente de divulgação de seus produtos. As exportações nordestinas de derivados de cacau para as grandes indústrias multinacionais são realizadas diretamente pelas moageiras instaladas na Bahia, apoiando-se em um contrato de longo prazo. Relativamente ao pequeno volume de amêndoa de cacau brasileiro exportado, a transação é realizada diretamente por três antigos exportadores instalados na Região.

No contexto internacional, os países africanos são os principais concorrentes dos derivados brasileiros de cacau em termos de volume de produção. Quanto à qualidade, o cacau produzido no Brasil, Indonésia e Malásia é considerado de inferior qualidade comparativamente com o produto de Gana e mais recentemente, do Equador.

Os canais de comercialização, no âmbito das agroindústrias alimentares pesquisadas variam com a categoria da empresa e alimento processado. A intermediação representada pelos atacadistas e distribuidores é uma prática encontrada com bastante frequência nas três categorias de tamanho. O menor preço e a qualidade dos alimentos são os principais fatores que auxiliam o consumidor a adquirir o alimento de determinada marca, inclusive resultar na geração de fidelização.

4.5 – Aspectos Organizacional e Institucional

As grandes e médias agroindústrias estão devidamente organizadas no âmbito estadual, nacional e internacional. Já a micro e pequena agroindústrias estão atuando de forma desorganizada, resultando em assimetria de informações tecnológica e de mercado.

Em termos de instituições, existe a câmara setorial no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. Existe ainda a Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, congregando as cinco maiores moageiras do Brasil e no cenário mundial, os chocolates e os alimentos achocolatados contam com a Organização Internacional do Cacau (ICCO), com sede em Londres.

No Brasil, a preocupação com a segurança alimentar é de responsabilidade dos Ministérios da Saúde (MS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Recentemente, pela Resolução nº 13, de 8 de junho de 2006, da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX foi estabelecido que a produção orgânica agropecuária ou industrializada está agora sujeita às normas administrativas do SISCOMEX.

No que tange às normas para os alimentos no Brasil, há consenso entre os empresários entrevistados de que a legislação brasileira de alimentos está atualizada, pois está atendendo as necessidades do setor para ofertar produtos de boa qualidade, sem por em risco a saúde dos consumidores brasileiros e estrangeiros. Entretanto, todos foram unânimes em declarar que, dentre os principais gargalos do setor de alimentos como todo, está a carência de fiscalização das unidades fabris, notadamente as que estão atuando na informalidade, cujos produtos estão fora dos padrões de qualidade e de higiene preconizados pela legislação vigente.

Nos alimentos, as regras e os padrões de qualidade com sustentabilidade social e ambiental tornaram-se uma exigência compulsória no livre comércio. Trata-se de uma área que sofre constantes modificações em intervalos relativamente curtos, por força das pressões internacionais e pela consciência de cidadania, inclusive social e ambiental em que se encontra a sociedade brasileira e a população mundial.

Relativamente aos impostos e encargos sociais praticados no Brasil, todos os empresários entrevistados declararam que a carga tributária e os encargos sociais são elevados. Para os micros e pequenos empresários pesquisados, há expectativa com a Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Supersimples ou Simples Nacional, em substituição ao Simples Federal (Lei 9.317/1996).

A política cambial brasileira é questionada por todos os empresários, cujas agroindústrias exportam seus alimentos (processados e semi-processados). Na área trabalhista, constataram-se alguns avanços no relacionamento empresário e empregado, principalmente nas grandes e médias empresas, na medida em que todas as pessoas ocupadas estão formalmente legalizadas (carteira assinada). No âmbito dos avanços sociais, cabe destacar algumas ações de assistência médico-odontológica. Em menor escala, detectaram-se ainda nas grandes e médias agroindústrias alguns programas de prevenção à saúde, eventos esportivos e datas cívicas, dentre outros.

4.6 – Logística

A área de atuação do BNB conta com uma rede viária asfaltada ligando a todos os estados do Brasil e às capitais dos estados. Contudo, o grande problema é a necessidade de continuar a recuperação das estradas através de aplicação de nova camada de asfalto e da instalação de nova sinalização, além da melhoria nos acostamentos, dentre outras intervenções. A questão da segurança nas estradas (federal e estaduais) foi destacada como outro problema freqüente na rede viária. Na região cacaujeira da Bahia, a insegurança está presente há vários anos nas propriedades rurais, independentemente da categoria dos cacauicultores.

Com a globalização, o porto marítimo tornou-se um dos mais importantes elos da cadeia logística. A proximidade dos estados nordestinos com os países do Hemisfério Norte, onde estão localizados as principais nações desenvolvidas do mundo (maiores mercados consumidores mundiais de alimentos) constitui uma vantagem comparativa que deverá ser trabalhada, mediante a modernização e ampliação do complexo portuário no Nordeste (PEREIRA E TEIXEIRA, 2006).

4.7 – Aspectos Ambientais

Pelo que se pôde constar durante a pesquisa de campo, inexistem problemas de suprimento de água para as agroindústrias visitadas. Dentre as agroindústrias que contam com ações implantadas de cunho educativo e preocupação com o meio ambiente, figuram: Barry Callebeut, apoiando a permacultura na região de Ilhéus (BA) e pioneirismo com a produção do cacau orgânico e a Cabruca, focada na conservação da biodiversidade através da adoção dos sistemas agroflorestais na região de Ilhéus (BA). Segundo o entrevistado da CEPLAC em Linhares (ES), a cultura do cacau poderia ser utilizada na recuperação de áreas já degradadas contribuindo assim para a manutenção dos biomas e melhorar a renda dos produtores rurais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um cenário otimista de crescimento da agroindústria de alimentos derivados do cacau, fundamentado em vários fatores, valendo destacar a inexistência de problemas de mercado para os alimentos orgânicos processados, que apresenta demanda crescente em âmbito mundial e nichos ainda não devidamente trabalhados; a preferência crescente pelos alimentos artesanais, portanto, viabilizando as atividades das micros e pequenas agroindústrias; a conscientização da agroindústria em priorizar a qualidade da matéria-prima no processamento dos alimentos de qualidade e maior rendimento industrial; a indústria de alimentos na área de atuação do BNB está se modernizando em tecnologias de processamento e em máquinas e equipamentos para melhorar sua competitividade; a viabilidade econômica da cultura do cacau, que ocorrerá no aproveitamento integral de suas frutas e na renovação de pomares envelhecidos por espécies mais produtivas e resistentes às pragas e doenças.

As micros e pequenas agroindústrias alimentares constituem um dos principais pilares de sustentação da economia por força de sua capilaridade e elevado número de unidades fabris, bem como de sua capacidade de criar empregos. Contudo, é justamente nesta categoria de empresas que se concentram as maiores vulnerabilidades do setor agroindustrial, implicando níveis elevados de ociosidade, em casos extremos, sua desativação definitiva.

As políticas e os programas implantados no passado exerceram importante papel na constituição da agroindústria alimentar na área de atuação do BNB, mas, foram insuficientes para dar sustentabilidade ao seu crescimento. Isto porque, as ações estavam focadas nos segmentos agrícola e industrial através de financiamentos subsidiados e/ou de incentivos fiscais do FINOR, sem, contudo, abranger os demais elos do agronegócio das frutas, os quais apresentavam um conjunto de vulnerabilidades.

Assim, foram postergadas as ações de pesquisa, capacitação e extensão rural, educação e saúde, dentre outros serviços, considerados também os pilares na busca das vantagens competitivas. Em virtude de tais ocorrências, ao longo dos anos, este setor de alimentos vivenciou momentos áureos de crescimento, entremeados por crises econômicas e financeiras, resultando na diminuição da vitalidade das fábricas implantadas, notadamente, as micros e pequenas empresas.

A complexidade e a diversidade da estrutura econômica do setor requerem ações estratégicas abrangentes e contemplando todos os elos do agronegócio. Em sua maioria, a solução dos problemas deste setor está localizada fora dos agentes financeiros, a exemplo da carência da assistência técnica, pesquisa, organização, comercialização e mercado. Contudo, não se pode deixar de ignorar, que a evolução dos conflitos entre o cacauicultor e a agroindústria está relacionada com o elevado nível de inadimplência dos produtores junto aos agentes financeiros, cujos pomares estão envelhecidos, os quais não têm condições de substituí-los por variedades de maior produtividade, resistentes às pragas e doenças e de médio porte. Ressalte-se, por oportuno, que a EMBRAPA e CEPLAC criaram novas variedades e clones com estas características, já devidamente comprovados pelos fruticultores.

A agroindústria da área de atuação do BNB tem se expandido e apresentado maior integração com as cadeias produtivas do setor rural. Contudo, o fortalecimento do setor agroindustrial de alimentos de frutas no Nordeste depende, ainda, dentre outros aspectos, do fornecimento de matérias-primas com qualidade e regularidade; estabelecimento, disseminação e fiscalização de controles de qualidade e de normas e padrões sanitários dos alimentos processados; profissionalização de dirigentes nas áreas administrativas e de agronegócios; qualificação da mão-de-obra; assistência técnica (produção e processo) com qualidade para pequenos empreendimentos; regulamentação da concorrência empresarial; simplificação de normas e exigências fitossanitárias para as pequenas agroindústrias; conscientização e educação de consumidores para a importância da qualidade e certificação dos produtos agroindustriais, além da elevação do nível de renda da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRIANUAL: anuário da agricultura brasileira. 10. ed. São Paulo: Instituto FNP, 2005. 520 p.
- AGRIANUAL: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: Instituto FNP, 2006. 504 p.
- AGRIANUAL: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: Instituto FNP, 2007. 516 p.
- BAHIA. Secretaria de Ciência. **Tecnologia e inovação**: agenda tecnológica do arranjo produtivo do cacau. Salvador, 2006, 40 p.
- CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo; COELHO, Maria do Carmo S. Gomes. **Vitivinicultura nordestina: características e perspectivas**. BNB. Fortaleza (CE), nº19. 2007. 135 p.
- COSTA, JAQUELINE SEVERINO. DA. et. al. **Fatores explicativos para a diminuição da produção de cacau no Brasil: uma análise utilizando o modelo shift-share**; UEM. Maringá ,PR, Brasil. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 546. 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006. pg. I CD-ROM.
- FERNANDES, Moacir Saraiva (coord); DANTAS, Jorge Luis Loyola (coord.). Câmara setorial da cadeia produtiva da fruticultura. In: VILELA, Duarte (org); ARAUJO, Paulo Márcio M. **Contribuição das câmaras setoriais e temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio**. Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006. 496 p.
- FRACARO, A. A. **Produção de suco e polpa de maracujá**. TODA FRUTA. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra>>. Edição: 8/7/04. Acesso em: 06 nov. 2006.
- JORNAL O POVO. **Kraft Food quer aumentar sua participação no NE**. Economia. Fortaleza (CE), 17 de junho de 2007. pág.38.
- MENDES, T. A. et al. **Situação atual da cacauicultura no Estado do Pará: atualização conjuntural e suas perspectivas**. CEPLAC, Belém, PA, Brasil. Fernando@Ufpa.Br. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 672. 2007, Londrina, SC. **Anais ...** Londrina (SC), SOBER, 2007 pg. I CD-ROM.
- MENDES, F. T. REIS, S. M. **Comportamento do preço do cacau em amêndoas nos Estados do Pará e Bahia: uma análise das diferenças**. CEPLAC. Belém, PA, Brasil. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1044., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006. pg. I CD-ROM.
- MONTE, L. de F. de O. AMIN. M. M. **Análise da volatilidade do preço do cacau no mercado de futuros de Nova York (CSCE): uma aplicação do modelo Garch**. Universidade da

- Amazônia - UMAMA. Belém - PA – Brasil. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1059., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006. pg. I CD-ROM.
- MORAES, M. C. e ALBUQUERQUE, A. P. **Previsão para o preço futuro do cacau através de uma série univariada de tempo: uma abordagem utilizando o método arima.**; UFPB. João Pessoa, PB, Brasil. In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 784. 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006. pg. I CD-ROM.
- PEREIRA, M. P. S. TEIXEIRA, M. S. **A modernização dos portos e o comércio externo do Brasil.** Santos (SP), In CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 220., 2006, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: SOBER, 2006. pg. I CD-ROM.
- PINHEIRO, Fausto Lavigne Soares (coord); MOURA, Gustavo Costa da (coord.). Câmara setorial da cadeia produtiva do agronegócio da Cacau e Sistemas Florestais Renováveis. In: VILELA, Duarte (org); ARAUJO, Paulo Márcio M. **Contribuição das câmaras setoriais e temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio.** Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006. 496 p
- SANTOS, José Ailton Nogueira dos; SANTOS, Marcos Antônio dos. Desempenho da fruticultura no Nordeste. **BNB Conjuntura Econômica, Fortaleza (CE)**, nº.05, p. 5-9, jul.-ago. 2005.
- VIANA, G. **KRAFT entra no mercado de achocolatado.** Gazeta Mercantil. Empresas & Negócios. Indústria. Desempenho. São Paulo. Rio de Janeiro. 3/janeiro/2007. C-4 pg.

Para consulta aos demais números do **Informe Rural ETENE**, clicar sobre o título desejado pressionando CTRL:

ANO 1 – 2007

Nº1 Jan 2007 – Cadeia produtiva da soja ensaia recuperação em 2007:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=146

Nº2 Fev 2007 – Mercado de carne bovina (1) – cenário mundial:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=147

Nº3 Mar 2007 – Cenário para a agroindústria brasileira de frutas:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=382

Nº4 Abr 2007 – Mercado de derivados de cana-de-açúcar (1) – álcool:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=438

Nº5 Maio 2007 – O mercado de derivados de cana-de-açúcar (2) – cachaça:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=595

Nº6 Jun 2007 – Desempenho e perspectivas da avicultura industrial:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=599

Nº7 Jul 2007 – Condição atual e perspectivas da carcinicultura nordestina:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=654

Nº8 Ago 2007 – Balanço e prognóstico de safras:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=655

Nº9 Set 2007 – Considerações sobre a produção de Manga:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=656

Nº10 Out 2007 – Cera de carnaúba: produção e mercado:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=658

Nº11 Nov 2007 – Agricultura orgânica: evolução e desafios:

http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=662

Nº12 Dez 2007 – PNPB (1): Panorama nacional e relato da experiência do Ceará:
http://d001www06/cenetene/projconjecon/conteudo/abreDocs.asp?cd_doc=663

ANO II- 2008

Nº1 Jan 2008 – O mercado de derivados de cana-de-açúcar (3) – Açúcar:
<http://d001www06/cenetene/projconjecon/docs/666110208.pdf>

Nº2 Fev 2008 – Cultivo de tilápia no Brasil: origens e cenário atual:
<http://d001www06/cenetene/projconjecon/docs/672170308.pdf>

Nº3 Mar 2008 – Cenários e perspectivas 2008 - Setor agropecuário:
<http://d001www06/cenetene/projconjecon/docs/676140408.pdf>

Nº4 Abr 2008 – A Fruticultura no Nordeste e o câmbio – considerações:
<http://d001www06/cenetene/projconjecon/docs/678090508.pdf>

Nº 5 Maio 2008 – PROBIODIESEL II: Alternativas de Matéria-Prima:
<http://d001www06/cenetene/projconjecon/docs/681130508.pdf>